



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

C E P 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI 20/97

ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS PARA O EXERCÍCIO DE 1998.

A Câmara Municipal de Campos Altos/MG., com a Graça de Deus decreta e eu, Prefeito, sanciono e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. Ficam estabelecidas em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e as normas estabelecidas pela Lei Federal no. 4.320, de 17 de março de 1964, as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1998, compreendendo:

- I - As diretrizes gerais para a elaboração orçamentária;
- II - As diretrizes gerais para o Orçamento Fiscal referentes aos Poderes do Município e seus órgãos;
- III - As diretrizes e as metas para os Poderes Legislativo e Executivo;
- IV - As disposições sobre alterações da legislação tributário-administrativa;
- V - Disposições finais.

CAPÍTULO II SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Artigo 2º. A Lei Orçamentária para o exercício de 1998, compreendendo o Orçamento Fiscal, resultará das propostas orçamentárias parciais de cada poder e será elaborada conforme as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental, observadas as normas da Lei Federal no. 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3º. As propostas orçamentárias parciais a que se refere o artigo anterior, serão elaboradas a preços vigentes em julho de 1997 e apresentadas ao Departamento de Fazenda, para fins de análise, compatibilização, até 15 de agosto de 1997.

Aprovado em 25/06/97

Projeto Lei N.º 16/97



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Primeiro: Os valores da Receita e Despesa previstos no Projeto de Lei serão expressos segundo preços correntes estimados para o exercício de 1998.

Parágrafo Segundo: A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei à Câmara Municipal explicitará:

- I - As hipóteses inflacionárias adotadas para os períodos de julho a dezembro de 1997 e de janeiro a dezembro de 1998;
- II - Os critérios utilizados para a estimativa das receitas do Orçamento Fiscal.

Artigo 40. O Poder Legislativo encaminhará ao Departamento de Fazenda, da Prefeitura Municipal, sua respectiva Proposta Orcamentária, no prazo estabelecido no caput do art. 30. para fins de incorporação no Projeto de Lei Orcamentária do Município.

Parágrafo Único: Para cálculo dos valores de sua Proposta, o Poder Legislativo deverá observar o mesmo índice usado pelo Poder Executivo e as determinações desta Lei.

Artigo 50. Acompanharão a Proposta do Orçamento Fiscal, além dos quadros exigidos pela legislação em vigor, os seguintes:

- I - Quadro consolidado do orçamento da Administração Direta;
- II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal;
- III - Demonstrativo da programação à conta de recursos que figurem como contrapartida do Tesouro Municipal a recursos de outras fontes, para efeitos do cumprimento no disposto do artigo 15, parágrafo Único, inciso II, desta Lei.

SEÇÃO II DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

Artigo 60. Sem prejuízo das disposições a serem estabelecidas na reformulação do Plano Plurianual de Ação Governamental são consideradas prioritárias, para efeito de elaboração da Proposta Orcamentária para o exercício de 1998, as ações que visem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

C E P 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- I - Ao desenvolvimento institucional, a modernização e racionalização administrativa da Prefeitura Municipal, principalmente através:
 - a) do desenvolvimento de programas de qualificação e profissionalização do servidor;
 - b) da informatização e reaparelhamento dos órgãos e entidades;
 - c) da reformulação do Sistema de Administração das Finanças Públicas.
- II - A continuidade e consolidação dos projetos de investimento em infra-estrutura, saneamento básico, meio ambiente, saúde e educação, através:
 - a) do estabelecimento de cronogramas de obras e da viabilização das respectivas contrapartidas financeiras;
 - b) da definição na política municipal de meio ambiente;
 - c) da manutenção do nível de investimento nas áreas sociais, em especial nos programas de educação e saúde;
- III - Ao desenvolvimento de pesquisa institucionais para conhecimento e mapeamento da realidade econômica, social e cultural do Município.
- IV - Ao fomento das atividades culturais de esporte, de lazer e de turismo;
- V - A promoção gradual da integração do Poder Público com os diversos segmentos da sociedade, objetivando o comprometimento de todos com o desenvolvimento econômico social e cultural do Município.

SECAO III DAS DESPESAS CORRENTES

Artigo 7o. As despesas corrente dos órgãos e entidades que integrarão o Orçamento Fiscal, a serem financiados com recursos ordinários do Tesouro Municipal, não poderão sofrer incremento real em relação a estimativa para 1997, tendo como referência a realização efetiva da despesa até em junho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único: Excetuem-se do disposto neste artigo:

- I - as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - as despesas com encargos da dívida;
- III - as despesas decorrentes de expansão patrimonial e de serviços, inclusive aquelas reativas a reforma institucional;
- IV - as despesas de custeio com saúde e educação.

Artigo 80. As despesas com pessoal e encargos previdenciários serão fixadas respeitadas as disposições da Lei Complementar no. 82 de 27 de março de 1995 e os seguintes princípios:

- I - Observância da isonomia de vencimentos previsto no artigo 87, parágrafo 10. da Lei Orgânica Municipal;
- II - Equilíbrio remuneratório entre os quadros.

Artigo 90. A concessão de quaisquer vantagens ou aumento de remuneração dos servidores até ou além dos índices inflacionários e a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como, a admissão de pessoal pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta, só poderão ser feitas se houver dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, observadas a legislação federal e municipal, e ressalvadas as contratações de que trata o artigo 85 da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 10. As subvenções sociais só poderão constar no Orçamento Fiscal quando destinadas a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública, de assistência social voltada para a educação, à saúde, o amparo à infância e ao adolescente, ao idoso, à maternidade e ao deficiente físico e as de proteção ao meio ambiente observadas as exigências da legislação em vigor.

Parágrafo Único: Fica condicionada a liberação de recursos, de que trata este artigo, à comprovação da prestação de contas ao órgão repassador dos recursos recebidos em exercícios anteriores.

SECAO IV DAS DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

C E P 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Artigo 11. As despesas de capital serão programadas segundo as prioridades estabelecidas no artigo 6º, inciso II, desta Lei, observando-se ainda a consignação preferencial de recursos:

- I - para projetos já iniciados ou incluídos no orçamento anterior terão prioridades sobre novos projetos;
- II - como contrapartida a recursos de fontes alternativas ao Tesouro Municipal, assegurados ou em fase de negociação.

Artigo 12. As transferências de capital para instituições privadas somente poderão constar do orçamento quando observadas as disposições do artigo 10 desta lei.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES E METAS PARA OS PODERES DO MUNICÍPIO

Artigo 13. A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo deverá fundamentar-se nas seguintes diretrizes:

- I - a locação eficiente dos recursos públicos;
- II - eficiência na prestação dos serviços de responsabilidade do município;
- III - busca de equidade;
- IV - universalidade na prestação dos serviços públicos;
- V - austeridade na questão dos recursos públicos;
- VI - aumento da produtividade;
- VII - busca de elevação do padrão de vida da população.

CAPÍTULO IV DO ENCAMINHAMENTO LEGISLATIVO

Artigo 14. O Projeto de Lei, contendo a Proposta Orçamentária para o exercício de 1998, será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de 1997.

Artigo 15. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária somente serão aprovadas quando observarem o disposto no parágrafo 2º, do artigo 108, da Lei Orgânica Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

C E P 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único. Além das restrições no "Caput" deste artigo, o Projeto de Lei Orcamentária não sofrerá emendas que anulem despesas:

- I - com projetos de obras em execução;
- II - que figurem como contrapartida do Tesouro Municipal a recursos de outras fontes;
- III - à conta de recursos vinculados.

Artigo 16. Os recursos previstos sob o título "Reserva de Contingência" não poderão ser inferiores a 1% (um por cento) da receita total estimada no orçamento fiscal.

Artigo 17. A Lei Orcamentária conterá dispositivos que autorize o Poder Executivo a proceder à abertura de créditos suplementares, definidos limite e base de cálculo para efeito de observância no disposto no artigo 109 da Lei Orgânica Municipal, desde que autorizado pelo Legislativo.

Artigo 18. O Poder Legislativo autorizará, através da Lei Orcamentária, a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, objetivando suprir eventuais insuficiências de caixa, no exercício desde que obedeça as disposições da Resolução no. 69/95 do Senado Federal.

Artigo 19. O projeto de Lei Orcamentária será devolvido para sanção até o término da sessão legislativa ordinária correspondente ao exercício de 1997.

CAPITULO V DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO

Artigo 20. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei visando à modernização do sistema tributário através de:

- I - revisão da base de cálculo e das hipóteses de incidência e não incidência de impostos e taxas, objetivando exercer toda a competência tributária que lhe é constitucionalmente atribuída;
- II - reavaliação das alíquotas praticadas, objetivando estabelecer melhor distribuição da carga tributária



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

C E P 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- III - reavaliação e revisão das isenções e dos procedimentos de concessão de anistias e remissões, de modo a manter critérios de justiça social, sem prejuízo do Tesouro Municipal.

Artigo 21. Os tributos cujo recolhimento se realizar em parcelas serão atualizados segundo normas determinadas pelo Governo Federal e adotadas pelo Município.

CAPITULO VI DISPOSICÕES FINAIS

Artigo 22. Sem prejuízo dos atos preparatórios e complementares no âmbito de cada Poder, a abertura de créditos suplementares e especiais à Lei Orcamentária será feita por decreto do Executivo, após autorização legislativa, nos termos dos artigos 42 e 43 da lei Federal no. 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 23. O Poder Legislativo, deverá durante a execução do exercício de 1998 encaminhar uma cópia de seu balancete mensal ao Departamento Municipal de Fazenda para compatibilização, a fim de verificar o cumprimento dos percentuais referentes a Pessoal e Educação conforme determina a Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

Artigo 24. Se a Lei Orcamentária não for sancionada até o final do exercício de 1997, fica autorizada, até a sua sanção, a execução dos créditos orçamentários propostos no Projeto de Lei Orcamentária à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.


Artigo 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., 27 de junho de 1997.


GERALDO BARBOSA LEÃO JUNIOR
Prefeito Municipal.

Stommar Roberto da silveira.


Câmara Municipal de Campos Altos

Jesus Cardoso
Presidente

Aprovado em ____/____/____

Projeto Lei N.º ____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

Visando a elaboração do Orçamento Programa para 1998 estamos remetendo a esta casa projeto de lei versando sobre suas diretrizes gerais, de acordo com disposto na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei 4.320/64.

Este projeto, revisado, procura dar mais objetividade e simplicidade na elaboração da proposta orçamentária, vital para as pretensões sempre de melhorias e desenvolvimento do município, trilhando sempre a procura da modernidade.

Campos Altos/MG., 04 de junho de 1997.


GERALDO BARBOSA LEÃO JUNIOR
Prefeito Municipal

Aprovado em ____/____/____
Projeto Lei N.º ____